

# **O EMPREGO DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE CHUVISCA/RS VIABILIZANDO À AGRICULTURA FAMILIAR O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS.**

**CALCANHOTTO, Flávio Abreu<sup>1</sup>**  
**BOESCHE, Fernando<sup>2</sup>**  
**CASTRO, Heloísa Helena da Silva<sup>3</sup>**

**RESUMO:** O trabalho teve como objetivo apresentar uma estratégia geral para a construção de um processo de desenvolvimento rural local, a partir de uma proposta de planejamento municipal participativo, alinhada ao cenário regional. A base empírica do estudo de caso foi no município de Chuvisca, região Centro-Sul do estado do Rio Grande do Sul, que se caracteriza por apresentar um substrato social, econômico e ambiental de agricultura familiar carente. Os resultados permitiram evidenciar que, a partir do conhecimento da realidade da agricultura familiar local, construído de forma participativa, foi possível implementar políticas públicas estaduais específicas que atendessem às expectativas de desenvolvimento das comunidades rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura familiar, diagnóstico participativo, política pública.

**ABSTRACT:** This study discuss the importance of participate methods in the strategies to construct a sustainable rural development process. The case consisted in the identification of familial peasants of Chuvisca, as well as form Central and Southern Region of Rio Grande do Sul, Brazil. The main objective of this article is to determine procedure enable to recognized the difference social-economics, based on some indicators, that are excluded of public political and create the participate conditions that included themselves. The final evaluation reminds us about importance of precise diagnostic, resulting in specific criteria that can provide subsidies for the planning and design of public policies directed to peasant familial agriculture.

**KEY WORDS:** familial peasants, participate methods, public political.

## **1. INTRODUÇÃO**

O estudo apresenta a experiência desenvolvida pela Extensão Rural Pública no estado do Rio Grande do Sul, através da EMATER<sup>4</sup> e demais

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia Rural da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Rua Botafogo, 1051, Porto Alegre/RS, Fone: (51) 3233-3144. CEP 90150-053. E-mail: [flavioc@emater.tche.br](mailto:flavioc@emater.tche.br)

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo da EMATER/RS, RS 350, Km 28, Fone: (51) 611-7099. CEP 96193-000. Chuvisca/RS.

<sup>3</sup> Extensionista de Bem-Estar Social da EMATER/RS, RS 350, Km 28, Fone: (51) 611-7099. CEP 96193-000. Chuvisca/RS.

<sup>4</sup> Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio Grande do Sul. Atua como agente facilitador do processo de desenvolvimento rural sustentável. A

parcerias<sup>5</sup>, a partir de uma proposta de planejamento que preconiza a ampliação da participação dos atores sociais, inseridos nas comunidades locais e regionais. A razão se prende ao fato de que há uma necessidade crescente, de um lado, de otimizar os recursos cada vez mais escassos e, de outro, satisfazer de forma efetiva às expectativas de desenvolvimento da agricultura familiar no ambiente a qual está inserida.

A realidade rural do Rio Grande do Sul demonstra explicitamente a disparidade acentuada em termos de desenvolvimento, particularmente, quando se trata da agricultura familiar. A representatividade da agricultura familiar no estado, segundo o IBGE (1995), do universo famílias rurais existentes, cerca de 24 mil famílias são designadas como pobres, ou seja, com a renda abaixo de 1,5 salário mínimo mensal per capita. Realidade que se expressa tanto pelo contraste existente entre os municípios do estado como entre as regiões as quais estão inseridos.

Tal circunstância pode ser observada através de indicadores, como o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA)<sup>6</sup>, que permite visualizar a situação sócio-econômica tanto entre os municípios (tabela 1) como entre as regiões (tabela 2).

**Tabela 1. Índice Social Municipal Ampliado do município de Chuvisca – 1998.**

| Município       | ISMA |      | Domicílio  |      | Educação |      | Renda |      | Saúde |      |
|-----------------|------|------|------------|------|----------|------|-------|------|-------|------|
|                 |      |      | Saneamento |      |          |      |       |      |       |      |
|                 | ISMA | ORD. | ISMA       | ORD. | ISMA     | ORD. | ISMA  | ORD. | ISMA  | ORD. |
| <b>Chuvisca</b> | 0,43 | 374  | 0,50       | 254  | 0,58     | 326  | 0,32  | 442  | 0,33  | 430  |

Fonte: FEE/NIS, 2001.

A conjuntura sócio-econômica e ambiental do RS explicita a necessidade de procedimentos diferenciados no encaminhamento dos processos de desenvolvimento a serem empregados num zoneamento da agricultura familiar do estado. Isto porque a exclusão a que grande parte dos agricultores familiares

---

implementação da proposta é feita em nível Regional pela equipe de técnicos do Escritório Regional de Porto Alegre, e no caso do presente estudo no âmbito municipal, pela Equipe de técnicos do Município de Chuvisca.

<sup>5</sup> As parcerias variam de acordo com a inserção dos municípios na região e no estado. Dentre as principais parcerias que colaboram no processo de desenvolvimento rural sustentável, estão os beneficiários diretos que representam as Comunidades Rurais, a Prefeitura Municipal e respectivas Secretarias Municipais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, etc.

<sup>6</sup> Elenca os municípios e as regiões do Estado segundo suas condições sociais e econômicas. A situação dos municípios é avaliada em relação a quatro blocos de indicadores: condições de domicílio e saneamento, educação, saúde e renda.

estão sujeitos, decorre de um contexto estrutural, que limita o acesso à educação, saúde, moradia, geração de renda, etc. Circunstância que expressa uma correlação positiva entre a pobreza e a concentração de terra, igualmente associada a regiões caracterizadamente minifundiárias, cuja qualidade da terra não atende às necessidades de reprodução da agricultura familiar, redundando num alto grau de pobreza (IPEA, 1996). A comprovação desta evidência é possível de ser diagnosticada, quando dos levantamentos que apontam a heterogeneidade das comunidades locais em relação ao município, e numa outra magnitude, pela diferenciação que se reproduz entre os municípios que compõem as regiões do RS.

**Tabela 2. Ranking dos COREDES<sup>7</sup> do RS, segundo o ISMA 1991-98.**

| ORD. 98 | COREDES                      | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---------|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|         | TOTAL DO RS                  | 0,53 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,55 | 0,55 | 0,55 | 0,55 |
| 1       | Metropolitano Delta do Jacuí | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,62 |
| 2       | Serra                        | 0,56 | 0,56 | 0,57 | 0,57 | 0,57 | 0,57 | 0,58 | 0,58 |
| 3       | Fronteira Noroeste           | 0,53 | 0,54 | 0,54 | 0,55 | 0,56 | 0,56 | 0,57 | 0,58 |
| 4       | Vale do Rio dos Sinos        | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,55 | 0,55 | 0,56 | 0,56 | 0,57 |
| 5       | Norte                        | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,53 | 0,53 | 0,54 | 0,55 | 0,56 |
| 6       | Vale do Caí                  | 0,53 | 0,53 | 0,53 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,55 | 0,55 |
| 7       | Central                      | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,52 | 0,53 | 0,53 | 0,54 | 0,54 |
| 8       | Sul                          | 0,51 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,53 | 0,53 | 0,53 |
| 9       | Litoral                      | 0,48 | 0,49 | 0,50 | 0,50 | 0,51 | 0,52 | 0,52 | 0,53 |
| 10      | Hortênsias                   | 0,46 | 0,47 | 0,48 | 0,49 | 0,50 | 0,51 | 0,52 | 0,53 |
| 11      | Noroeste Colonial            | 0,49 | 0,49 | 0,50 | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,52 | 0,53 |
| 12      | Paranhana - Encosta da Serra | 0,50 | 0,51 | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,52 | 0,53 | 0,53 |
| 13      | Produção                     | 0,48 | 0,48 | 0,49 | 0,50 | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,53 |
| 14      | Vale do Taquari              | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,53 | 0,53 |
| 15      | Campanha                     | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,52 | 0,53 | 0,53 | 0,53 |
| 16      | Missões                      | 0,48 | 0,48 | 0,49 | 0,50 | 0,50 | 0,51 | 0,52 | 0,52 |
| 17      | Alto Jacuí                   | 0,49 | 0,49 | 0,50 | 0,50 | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,52 |
| 18      | Fronteira Oeste              | 0,49 | 0,49 | 0,50 | 0,50 | 0,51 | 0,51 | 0,51 | 0,52 |
| 19      | Vale do Rio Pardo            | 0,46 | 0,47 | 0,47 | 0,48 | 0,49 | 0,50 | 0,51 | 0,52 |
| 20      | Nordeste                     | 0,44 | 0,45 | 0,46 | 0,47 | 0,48 | 0,49 | 0,50 | 0,51 |
| 21      | Centro-Sul                   | 0,43 | 0,44 | 0,44 | 0,45 | 0,46 | 0,46 | 0,47 | 0,48 |
| 22      | Médio Alto Uruguai           | 0,40 | 0,41 | 0,42 | 0,43 | 0,44 | 0,45 | 0,47 | 0,48 |

Fonte: FEE/NIS, 2001.

<sup>7</sup> Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Os indicadores da conjuntura sócio-econômica e ambiental da agricultura familiar no estado, não raro têm demonstrado resultados que explicitam a exclusão social provocada pelo modelo capitalista. Haja vista as deficiências estruturais apontadas através dos parâmetros levados em consideração pelo ISMA, dificilmente alcançarem valores que ultrapassem 0,50. Em decorrência deste alijamento, as comunidades têm limitações nas suas potencialidades de organização e construção de processos de desenvolvimento próprios.

Estas são algumas das razões que levaram o RS a implementar uma política diferenciada em relação à agricultura familiar, sobretudo pelo Poder Executivo, cujas diretrizes norteadoras do processo de desenvolvimento local estão atreladas à concepção de agroecossistema. Há entendimento por parte dos postuladores das políticas públicas estaduais, de que o espaço rural não se restringe, fundamentalmente, aos sistemas de produção, mas vai além deste âmbito, e se estende na direção do ser humano e das relações homem-natureza. Para tanto a expansão da base de conhecimento deve necessariamente, ultrapassar a barreira das dimensões técnicas e econômicas, avançando sobre os temas sociais, políticos, culturais e ambientais.

Para tanto, o envolvimento de outras esferas de ação decorre do resgate do conceito holístico, que tem entre as suas prerrogativas, a universalização das ações. Particularmente no caso da agricultura familiar, pela coexistência dual das atividades agrícolas e não-agrícolas, que, além da agricultura, tem merecido maior atenção no espaço rural, atividades como o comércio, o turismo rural, a prestação de serviços diversos, o artesanato, o lazer e a necessidade de preservação ambiental.

Em última análise, a atual conjuntura rural requer uma reflexão aprofundada sobre encaminhamentos alternativos que garantam à agricultura familiar uma nova visão estratégica de desenvolvimento rural.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHUVISCA**

### **2.1. Características fisiográficas**

O município Chuvisca faz parte da região Centro-Sul, no estado do Rio Grande do Sul e está situado a 116 Km de distância da Capital, Porto Alegre. O seu território atual é de 216 Km<sup>2</sup>, apresentando uma população de 4.115 habitantes na área rural e 460 habitantes no meio urbano, de modo a constituir uma densidade demográfica de 21,2 habitantes/Km<sup>2</sup> (EMATER, 1997).

O clima da região ao qual o município está inserido, de acordo com MOTA (1951), classifica-se como temperado, apresentando precipitação média em torno de 1284 a 1322 mm/ano, implicando pelo balanço hídrico de Thornthwaite, deficiência hídrica de aproximadamente 100 mm/ano (MINISTÉRIO, 1973).

O tipo de solo que predominam no município são pertencentes a unidade de mapeamento Camaquã<sup>8</sup>. A aptidão dos solos para exploração tem limitações quanto a fertilidade natural (solos ácidos e pobres em nutrientes disponíveis). Outro aspecto importante é que em se tratando de um solo que apresenta textura superficial-média, tem a tendência de ocasionar déficits de água em períodos secos, necessitando tanto conservação do solo em termos de erosão, como conservação das águas. O uso de mecanização é menos restritivo nas regiões de relevo ondulado do que nas fortemente ondulados, onde há alta suscetibilidade à erosão (MINISTÉRIO, 1973).

O relevo varia de ondulado (cotas altimétricas de 30 a 100 metros) a fortemente ondulado (cotas altimétricas de 100 a 150 metros), tomado por um conjunto de elevações, cuja declividade média alcança 15%. A vegetação natural predominante é campo, possuindo uma cobertura de aproximadamente 60%, composta essencialmente por gramíneas. Os recursos hídricos disponíveis no município compõem duas grandes bacias, a do arroio Duro e do arroio Sutil.

## **2.2. Etnia**

A história da colonização e do crescimento do município se confunde com a própria história do processo migratório e de ocupação da região. Foi no início do século, por volta de 1900, que começou a se intensificar a chegada dos primeiros colonizadores à região.

Basicamente foram três grupos raciais que constituíram a população e o desenvolvimento da região: os descendentes de alemães, poloneses e portuguesa e negros, que igualmente, promoveram o desenvolvimento dos municípios vizinhos de Camaquã, Encruzilhada do Sul e Dom Feliciano. Estes colonizadores apresentavam como tradição a exploração agrícola, desenvolvendo cultivos/criações de subsistência, que, com o passar do tempo, fizeram dos excedentes, produtos geradores de renda.

Atualmente as atividades produtivas deixaram de ser diversificadas, dando lugar à monocultura do fumo, milho e feijão, além de espaços para criações semi-extensivas.

## **2.3. Aspectos sociais, econômicos e ambientais**

A economia do município, segundo dados da EMATER (1997), concentra-se na atividade agropecuária, basicamente relacionada com o cultivo do fumo, o qual se constitui na principal fonte geradora de recursos do município (através do retorno de ICMS e de transações bancárias). As demais culturas exploradas são o milho e o feijão. No caso das criações, destacam-se a suinocultura com o rebanho mais expressivo (7.500 cabeças), e logo após estão os bovinos (4500 cabeças) e eqüinos (2000 cabeças).

A comercialização destes produtos, grosso modo, ocorre nos mercados de fora do município, como é o caso do fumo e dos hortigranjeiros. O fumo é adquirido e comercializado pelas empresas conglomeradas do ramo, instaladas na

---

<sup>8</sup> Podzólico Vermelho-Amarelo caracterizado principalmente por apresentar textura argilosa, substrato

região do Vale Taquari, enquanto que os hortigranjeiros são comercializados tanto nos supermercados da região e da capital, como na Central de Abastecimento (CEASA), em Porto Alegre (EMATER, 1997).

No que diz respeito aos aspectos sociais, a educação conta com escolas do municipais e estaduais, num total de 21, totalizando 739 alunos matriculados. O índice médio de alfabetização do município está em torno de 86% (EMATER, 1997). No tocante à saúde, o município dispõe de atendimento médico-odontológico que beneficia a população local, sendo que, em casos que requeiram internação hospitalar, recorre-se aos hospitais regionais (nos municípios de Camaquã e Dom Feliciano) e na capital.

A infra-estrutura do município é deficiente no aporte de energia elétrica, atingindo em torno de 75% da área do município. O abastecimento de água em geral é realizado através de poços artesianos e fontes de água rasa, exceto na área urbana está sendo construído um reservatório que irá atender as demandas da sede do município. De modo geral as águas servidas não apresentam tratamento adequado, como uma rede de esgoto. A coleta de lixo não atende às exigências das fontes poluidoras do município.

Ambientalmente, afora os problemas decorrentes do saneamento ambiental (água e lixo), o município enfrenta problemas de erosões acentuadas, assoreamento dos cursos d'água e uso intensivo de agrotóxicos, fruto do padrão tecnológico adotado pela “modernização da agricultura”, principalmente na cultura do fumo.

### **3. METODOLOGIA**

A proposta metodológica teve como pressuposto prioritário, o uso de ferramentas participativas que pudessem ser apropriadas pelos atores sociais existentes nas comunidades rurais, suas entidades representativas e as instituições que atuam no campo das mediações existentes no espaço rural. E a partir daí, estabelecer ações (ou propostas) de desenvolvimento rural.

---

granítico, profundos, bem drenados, fortemente ácidos, baixo valor de permuta de bases.

A estruturação do processo iniciou com um diagnóstico participativo do município de Chuvisca, pautado numa proposta de trabalho elaborada pela EMATER/RS. O preceito metodológico baseou-se na construção de uma estratégia de ação direcionada para o desenvolvimento rural sustentável alicerçado nos princípios da agroecologia, que seguisse processos educativos e, fundamentalmente, participativos, de modo a proporcionar o fortalecimento da agricultura familiar gaúcha e suas organizações.

As ações desenvolvidas utilizaram ferramentas metodológicas participativas, implementadas através do processo denominado de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), estruturado em três momentos. O primeiro consistiu em realizar a leitura da paisagem do agroecossistema local, através de uma caminhada transversal por todo o município. A proposta constituía-se em diferenciar *in loco*, as principais características sociais, econômicas e ambientais da realidade municipal, de modo a salientar as diferenças e as semelhanças existentes no município, caracterizando no mapa do município, regiões homogêneas.

O segundo momento foi o da elaboração da evolução agrária do município, realizado por meio de entrevistas a agricultores(as) e pessoas estratégicas que relataram momentos históricos, particularmente relacionados com as crises e rupturas que foram se sucedendo até a situação atual. A evolução agrária contou ainda com uma pesquisa documental nos registros do acervo histórico do município.

O terceiro momento se caracterizou pelo levantamento das necessidades comunitárias, através de reuniões, utilizando métodos que oportunizassem a participação majoritária dos atores sociais. Neste momento foi construído com a comunidade, além do ranking das prioridades, qual seria o objetivo a ser alcançado com o atendimento da demanda; quando esta deveria ser realizada; como seria possível; e quais seriam os responsáveis pelas ações.



De posse das informações legitimadas pelas comunidades locais, elaborou-se uma discussão com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural<sup>9</sup> (CMDR), cujo encaminhamento originou um planejamento estratégico, descrito na forma do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). O PMDR é composto pelo elenco das ações plurianuais, que deverão ser realizadas durante um período plurianual. A instrumentalização das ações estratégicas na prática, ocorrerá em períodos anuais, com base num Plano Operativo (PO).

#### **4. RESULTADOS**

Os resultados alcançados com esta abordagem evidenciaram, de modo geral, que os participantes do trabalho apresentavam diferentes percepções acerca das dimensões social, cultural, ambiental e econômica existentes no município de Chuvisca. Constatação que foi transparecendo em cada etapa da proposta. Na elaboração do mapa do município os atores sociais não encontraram num primeiro momento, uma linha consensual de materialização do que haviam observado. Neste momento os mediadores que atuavam como facilitadores, esclareceram quais eram os parâmetros necessários para a composição do mapa, sob a ótica dos próprios munícipes.

O resultado final consolidou, após intenso debate e negociação dos atores sociais que vivem no espaço rural, a legitimação de um mapa municipal, que se constituiu num dos principais instrumentos de visualização do diagnóstico do agroecossistema local. Apesar das divergências, o objetivo de identificar o agroecossistema do município foi atingido com extrema fidelidade. Esta estratégia colaborou para que o processo de diagnóstico fosse ganhando gradativamente credibilidade.

Outra aspecto importante ocorrido durante o diagnóstico, foi o resgate da evolução agrária do município. O histórico municipal colhido junto aos atores

---

<sup>9</sup> Representação dos atores sociais, do poder público, entidades representativas e instituições identificadas com o espaço rural.

sociais, trouxe a tona fatos que não constavam no acervo de fatos documentados e que enriqueceram sobremaneira a linha do tempo do município.

O entendimento da evolução agrária do município, permitiu esclarecer fatos marcantes no município que decretaram acontecimentos marcantes em Chuvisca. Um exemplo que ilustra muito bem a importância estratégica desta contribuição, foi o relato sobre introdução da cultura do fumo. Com o advento da Revolução Verde, o município que era carente de atividades produtivas que trouxessem retorno econômico para os agricultores, introduz o cultivo do fumo. De fato esta cultura atingiu na íntegra os objetivos propostos. Por outro lado, trouxe consigo desarranjos na realidade social, cultural e ambiental do município. A partir de então, o município de Chuvisca deixou de praticar, prioritariamente, a agricultura de subsistência e auto-suficiente, e passou a adotar um modelo voltado para o mercado e dependente de insumos externos.

Esta segunda ferramenta participativa atingiu plenamente o objetivo, ao permitir o entendimento comunitário da sua história. Condição que proporcionou a compreensão de fatos que levaram a conjuntura atual de carências estruturais à agricultura familiar do município.

Após a elaboração do mapa municipal e do itinerário de desenvolvimento, a etapa seguinte foi a do levantamento das necessidades das comunidades. Este momento contou com a mobilização de todas as comunidades do município e parcerias, tendo como resultado as prioridades municipais. As demandas levantadas refletiram os principais pontos de estrangulamento da agricultura familiar no município. Os principais entraves eleitos nos aspectos sociais foram a coleta/distribuição de água e a energia elétrica; nos ambientais, a conservação/correção do solo e a coleta de embalagens de agrotóxicos; nos econômicos, a diversificação de culturas.

O processo de construção social voltada para o desenvolvimento rural fez surgir algumas questões inexeqüíveis, ao menos no curto prazo, como foi o caso da energia elétrica. Neste momento crucial entre os mediadores e a comunidade, os debates em busca das soluções, fizeram aflorar a questão central dos porquês

da falta evolução das comunidades, a ausência de participação nos processos decisórios locais.

A perda do medo de conflito nos debates, ampliou a convicção entre os participantes do processo de que estava inaugurando uma nova maneira de encarar os fatos da comunidade. Uma maneira que se opunha a praxe habitual, em que, historicamente, os beneficiários se submetiam de forma passiva às iniciativas geradas em instâncias decisórias distantes. Não raro, alheias a comunidade.

O marco referencial do emprego de metodologias participativas, estabelece um contraponto com a lógica anterior, em que as prioridades somente são consideradas após o debate e o entendimento entre os agricultores familiares e os mediadores. Uma vez vencida esta etapa é que foram decididas quais seriam as estratégias a serem utilizadas para superá-las. Este encaminhamento permitiu iniciar uma caminhada em busca do resgate da cidadania, no qual o agricultor chamou para si a responsabilidade diante do processo de construção do desenvolvimento rural sustentável, identificando qual é o seu papel em relação ao agroecossistema.

Tal condição possibilitou que os agricultores familiares e suas representações se organizassem e participassem de forma efetiva nas discussões municipais e regionais. Discussões que se materializaram na formação do Fórum Municipal, e numa instância mais abrangente, o Fórum Regional. Esta postura abriu espaço junto às tomadas de decisões na formulação de políticas públicas que impactam diretamente no município e na região, como a promovida nos debates das assembleias municipais e regionais do Orçamento Participativo Estadual<sup>10</sup>.

O fruto da mobilização e organização rural no município de Chuvisca pôde ser constatada no direcionamento das políticas públicas voltadas ao atendimento de comunidades, através de programas especiais. No caso específico do município de Chuvisca, a política pública que atendeu aos anseios específicos da

---

<sup>10</sup> Política de desenvolvimento adotada pela atual Administração do Governo do Estado, a qual privilegia a participação popular em assembleias, que reúnem os interessados da comunidade, dispostos a opinar aonde desejam alocar os recursos públicos do orçamento, que são destinados para este fim.

comunidade foi o Programa RS Rural. Isto porque este Programa é dotado de recursos que financiam ações identificadas com a pobreza rural e a preservação dos recursos naturais. O RS Rural surgiu neste contexto, como ferramenta de apoio ao processo de desenvolvimento rural, atendendo as solicitações de recursos por parte do município (R\$ 70.000,00 previstos no orçamento de 2000 e aplicados em 2001) para serem investidos tanto em ações de infra-estrutura social básica, geração de renda sem retorno e manejo dos recursos naturais (não retornáveis), como ações de geração de renda (retornáveis porém com correção subsidiada pelo Estado).

Esta iniciativa aparentemente modesta, diante das carências apresentadas pelo município, tem demonstrado na prática, que as comunidades locais juntamente com as parcerias, estão acreditando neste novo processo. Haja vista que os agricultores(as) familiares ao se manterem organizados e mobilizados conseguiram viabilizar um novo aporte de recursos em 2001 (R\$ 70.000,00) a serem investidos em 2002, em mais uma das suas comunidades carentes.

A escolha da destinação dos recursos é debatida no CMDR, que orienta em qual das comunidades serão aplicados os recursos prioritariamente, como forma de oportunizar o acesso democrático daqueles agricultores(as), historicamente excluídos.

## **5. CONCLUSÃO**

A primeira conclusão a destacar na proposta metodológica de construção participativa de um Diagnóstico e Planejamento Estratégico Municipal das ações, é a apropriação do processo pelos agricultores(as) familiares. Além disso, o processo vai proporcionando gradativamente junto aos atores sociais, um sentido de ações colaborativas, dialógicas e de empoderamento, quesitos fundamentais na caminhada da sustentabilidade.

Outra questão importante de ser salientada, é que esta metodologia tem a aprovação e reconhecimento dos agricultores, do Poder Público, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e das entidades/instituições afins. Haja vista

a validação das necessidades prioritárias em fórum municipal e o encaminhamento de soluções visando o acesso às políticas públicas, como foi o caso do RS Rural.

Embora numa primeira análise, a metodologia possa parecer frágil e contestável, frente aos padrões teóricos que subsidiam as tomadas de decisão na implementação das políticas públicas, os resultados obtidos no RS comprovam ser um processo sem precedentes no país. Isto porque na prática, o processo rompe com a alienação dos agricultores(as) familiares.

O modelo de diagnóstico e análise dos resultados desta metodologia, que em última análise se transformaram em um planejamento estratégico, não se baseiam em padrões preestabelecidos, mas sim em princípios gerais, tendo como base científica a agroecologia. Princípios que condizem com o resgate social, o combate a pobreza, a preservação ambiental e a sustentabilidade das comunidades rurais existentes no município de Chuvisca.

Por fim, o que se percebe é que está em curso um grande desafio, o de manter o estado de mobilização dos participantes num processo inovador, ao qual estes não estavam acostumados. Isto porque a proposta por ser dinâmica, teve um começo, mas não tem fim.

## **6. BIBLIOGRAFIA**

EMATER. Rio Grande do Sul. Estudo da Situação do município de Chuvisca.

Chuvisca: Escritório Municipal da EMATER/RS, 1997.

FEE. Índice Social Municipal Ampliado 1991-98. 2001. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/>. Acesso em fev/2001.

IBGE. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

IPEA. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD. 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. DIVISÃO DE PESQUISA PEDOLÓGICA. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul**. Recife, 1973. (Boletim Técnico, 30).

**MOTA, F.S. Estudo do clima do Estado do Rio Grande do Sul segundo sistema de Köeppen. Ver. Bras. Geo. XIII. P 275-285. 1951.**